



Educação TC diz que existiu violação do princípio da separação dos órgãos de soberania

PSD e PS em disputa eleitoral pela avaliação de professores

Tribunal Constitucional “chumbou” a revogação do modelo de avaliação. Sociais-democratas prometem novas regras já no próximo ano lectivo

Sofia Rodrigues

● PS e PSD estão a tentar capitalizar eleitoralmente o travão do Tribunal Constitucional (TC) à revogação da avaliação dos professores. Dois ministros socialistas reclamaram ontem vitória por causa da declaração de inconstitucionalidade do decreto. O PSD, que forçou a revogação do diploma no Parlamento, transforma o caso numa promessa eleitoral.

O TC declarou inconstitucional o decreto da Assembleia da República, aprovado em bloco pela oposição nos últimos dias da legislatura, por considerar que existiu “violação do princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania”. A decisão surge na sequência de um pedido de fiscalização pelo Presidente



Pedro Duarte, do PSD, assegura que, se o seu partido formar Governo, irá revogar o actual modelo e apresentar outro

da República, que teve dúvidas sobre o decreto aprovado no Parlamento. Este diploma pretendia revogar um decreto regulamentar do Governo que concretiza o modelo de avaliação dos professores estabelecido no Estatuto da Carreira Docente.

A decisão quanto ao artigo da revogação foi tomada por maioria dos juizes; já o artigo relativo ao início de um novo processo negocial foi aprovado por unanimidade.

Entre os socialistas não faltaram aplausos. Numa reacção quase imediata, a ministra da Educação, Isabel Alçada, considerou a decisão “uma vitória do sistema educativo” e acusou a oposição de “irresponsabilidade, oportunismo” e de “caça ao voto”. Palavras de regozijo foram também as de Jorge Lação, ministro dos Assuntos Parlamentares. “Apesar da crise política, a regularidade do nosso Estado de

Direito fez-se prevalecer com voz independente e respeitada do Tribunal Constitucional”, disse aos jornalistas, lembrando que esta decisão é contra o “governo de Assembleia”.

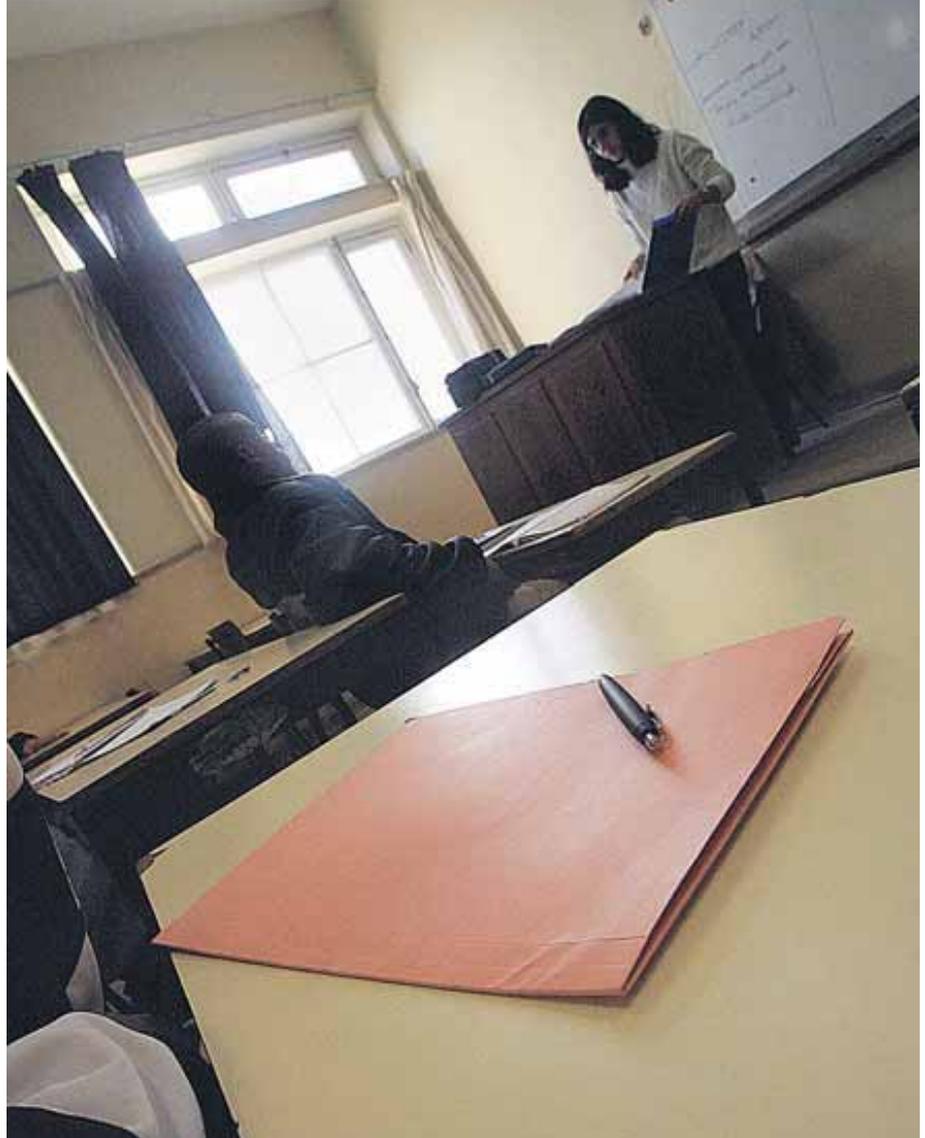
Também a bancada parlamentar do PS fez ouvir o seu contentamento. A vice-presidente do grupo, Ana Catarina Mendes, reclamou uma vitória da legalidade e da democracia: “Do ponto de vista político, o que aconteceu na Assembleia da República no passado dia 25 de Março foi um golpe de teatro, passando por cima de todas as regras constitucionais, que iludiu os portugueses e, sobretudo, os professores”.

PSD sem “outro caminho”

O PSD tentou desvalorizar a decisão do TC, considerando que se baseou “em razões de ordem formal”. Embora com “respeito” pela decisão, Pedro Duarte, vice-presidente da bancada, garantiu que o PSD vai insistir na revogação do modelo em vigor se vier a formar Governo. “O PSD reafirma que, se merecer a confiança dos portugueses no próximo 5 de Junho, revogará o actual modelo e apresenta uma nova proposta de modelo que acabe com a burocracia e com a avaliação *inter pares*”, prometeu. Pedro Duarte assegurou que o PSD já quer aplicar novas regras no próximo ano lectivo, mas não se quis comprometer com datas para a sua apresentação por causa do calendário eleitoral.

Questionado sobre se este desfecho jurídico não é um trunfo para o Governo, Pedro Duarte reconhece que o PSD “não tinha outro caminho” para tentar travar o modelo de avaliação, já que o Parlamento estava prestes a ser dissolvido. Em Março, o PSD avançou para uma proposta de revogação do decreto regulamentar, depois de ter ponderado outra solução jurídica, a de revogação de artigos relativos à avaliação previstos no Estatuto da Carreira Docente (estipulados em decreto-lei). Mas a

TC deu razão ao Governo na avaliação dos professores



RUI GAUDÊNCIO

TC decidiu em sentido contrário noutros dois casos

Constitucionalista Tiago Duarte considera que a decisão é “histórica”

O constitucionalista Tiago Duarte considera que a decisão de ontem do Tribunal Constitucional “é histórica” e de alguma maneira surpreendente, uma vez que noutros dois casos semelhantes o tribunal decidiu em sentido contrário.

Em duas situações anteriores – ambas relativas também a Governos minoritários – os acórdãos do TC também foram suscitados pelo Presidente da República, então Jorge Sampaio.

Num dos casos, em 1997, o Parlamento aprovou uma lei que

alargava o número de vagas de acesso ao ensino superior, mas o TC não concluiu que tivesse havido uma violação da separação de poderes. O mesmo aconteceu no ano seguinte, quando um decreto da Assembleia da República tentou alterar um contrato de concessão assinado entre o Estado e a Brisa. O diploma não foi considerado inconstitucional. Tiago Duarte lembra que, além de si próprio, outros constitucionalistas criticaram estas posições do TC. Para Tiago Duarte, na decisão

de ontem “talvez tenha pesado o facto de o Parlamento tentar revogar um decreto regulamentar, que é uma forma exclusiva do Governo”. Apesar de ainda não ter lido o acórdão na íntegra (ontem não estava disponível), Tiago Duarte acredita que “será citado por muitos anos”. “É uma clarificação das fronteiras entre Parlamento e Governo, uma situação fulcral na Constituição”, sublinha, lembrando que, se assim não for, o executivo até se pode desresponsabilizar de algumas medidas. **S.R.**



PSD avançou depois de demissão de Sócrates

Foi já depois de o primeiro-ministro José Sócrates anunciar a demissão que o PSD apresentou uma proposta para revogar o modelo de avaliação dos professores.

O projecto foi aprovado no Parlamento a 25 de Março deste ano. A 7 de Abril, o Presidente da República enviou o diploma para o Tribunal Constitucional.

Sindicatos prometem continuar a lutar

40 mil professores avaliados até ao final de Junho

O processo de avaliação de desempenho docente não chegou a parar na maioria das escolas, apesar da suspensão aprovada pelo Parlamento. As regras da avaliação determinam que, até ao final do ano lectivo, os professores contratados que não são dos quadros tenham de ter a avaliação concluída: são cerca de 40 a 50 mil docentes que terão que ser avaliados até Junho, estima o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, Manuel Pereira, que antevê um acréscimo "brutal de trabalho e de burocracia" nas escolas.

Com a decisão do Tribunal Constitucional (TC), o processo vai manter-se tal como definido, em 2010, pelo Governo. Depois de a avaliação ter sido revogada em Março, associações de dirigentes escolares foram aconselhando, informalmente, as direcções escolares a prosseguir com a avaliação, uma vez que a decisão era ainda reversível.

O presidente do Conselho das Escolas, Manuel Esperança, que se congratulou com a decisão do TC, acredita mesmo que o processo de avaliação não terá chegado a ser suspenso "em nenhuma escola". "Se alguma o fez, não o deveria ter feito, porque todos sabiam que isto poderia acontecer", afirmou, considerando importante que o modelo de avaliação seja levado até ao fim, para que, depois, seja "avaliado".

Os professores contratados serão os primeiros a ser avaliados, até Junho. "Será muito difícil para as escolas. Estamos a falar de cerca de 40 a 50 mil docentes", estima, considerando que o modelo é "demasiado complexo e burocrático"



e implica o preenchimento de "imensa papelada", sobretudo para os professores relatores, os avaliadores. Seguem-se, até Dezembro, os restantes docentes do quadro. Segundo o Ministério da Educação (ME), a avaliação está a desenvolver-se nas 1078 escolas e agrupamentos do ensino básico e secundário e, em Março, o ME estimava que mais de 40 por cento dos docentes já tinham pedido a observação de aulas, um dos procedimentos previstos. Cerca de 90 escolas e agrupamentos tomaram posição contra o actual modelo. Isabel Alçada voltou ontem a admitir a introdução de alterações no modelo, mas apenas depois de terminado o primeiro ciclo de avaliação, em Dezembro. No entanto, a Federação Nacional da Educação (FNE) e a Federação Nacional de Professores (Fenprof) voltaram ontem a insistir na necessidade de o modelo ser alterado. O secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, não escondeu a frustração perante a decisão do TC, defendendo que o próximo Governo vai ter de ter "como prioridade a definição de um novo modelo". Já a Fenprof prometeu continuar a lutar "contra" esta avaliação, anunciando que no próximo mês irá apresentar um modelo alternativo para o discutir com os professores.

"Prosseguir, neste terceiro período, com a avaliação nas escolas, será criar-lhes problemas ainda maiores e focos acrescidos de confusão e conflitualidade que não contribuirão para a tranquilidade que estas e os alunos, neste momento, necessitam", referiu Mário Nogueira (foto). **André Jegundo com Lusa**

intenção do PS em obrigar a que o projecto estivesse sujeito a discussão pública por 30 dias e a iminência da dissolução do Parlamento acabou por ditar a escolha pela tentativa de revogação do Decreto Regulamentar n.º 2/2010. Mais ainda porque, sabe o PÚBLICO, o PSD se sentiu respaldado por duas decisões do TC em situações semelhantes (ver caixa).

A suspensão do modelo de avaliação de desempenho dos professores já tinha sido tentada pelo PSD - e pela restante oposição - no arranque da legislatura iniciada em Outubro de 2009 e que agora terminou. Os sociais-democratas, então liderados por Ferreira Leite, acabaram por recuar e forçaram um acordo entre Governo e sindicatos para um novo modelo. Mas a oposição manteve as críticas. Semanas antes do PSD, já o PCP tinha

proposto a suspensão do modelo de avaliação. E ontem, Jorge Pires, da comissão política, voltou a considerar que "a manutenção do actual modelo de avaliação nas escolas é penalizadora não apenas para os professores", mas também para os alunos, devido "à instabilidade criada nas escolas". O BE também promete não esquecer a matéria na próxima legislatura, por considerar que este modelo não serve. O motivo invocado pelo CDS para votar ao lado da revogação é o mesmo. Fê-lo "por uma questão de princípio", apesar de ter dúvidas sobre a solução jurídica adoptada, admitiu ontem o deputado José Manuel Rodrigues. Com ou sem dúvidas jurídicas, a oposição acabou por se unir em torno da revogação do modelo, à excepção de Pacheco Pereira, do PSD, que votou ao lado do PS.



Chumbo do TC coloca avaliação na campanha

● O Tribunal Constitucional “chumbou” a revogação da avaliação dos professores aprovada em 25 de Março no Parlamento com os votos da oposição. De imediato, PS e PSD trataram de capitalizar eleitoralmente a

decisão. Dois ministros reclamaram ontem vitória. E o PSD, que forçou a revogação do diploma, transforma o caso numa promessa eleitoral e garante revogar a actual lei se chegar ao Governo. → Portugal, 8/9